

BALANÇO
AGENDA DA INDÚSTRIA
100 DIAS
DE GOVERNO
BRASIL 2019



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

BALANÇO
AGENDA DA INDÚSTRIA
100 DIAS
DE GOVERNO
BRASIL 2019

BRASÍLIA-DF, 2019

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Paulo Afonso Ferreira

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Paulo Antonio Skaf

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Antônio Carlos da Silva

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Glauco José Côrte

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Antonio Ricardo Alvarez Alban

Gilberto Porcello Petry

Olavo Machado Júnior

Jandir José Milan

Eduardo Prado de Oliveira

José Conrado Azevedo Santos

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes

Edson Luiz Campagnolo

Leonardo Souza Rogerio de Castro

Edilson Baldez das Neves

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires

Marcos Guerra

Carlos Mariani Bittencourt

Pedro Alves de Oliveira

Rivaldo Fernandes Neves

José Adriano Ribeiro da Silva

Jamal Jorge Bittar

Roberto Cavalcanti Ribeiro

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira

Julio Augusto Miranda Filho

Julio Augusto Miranda Filho

José Henrique Nunes Barreto

Nelson Azevedo dos Santos

Flávio José Cavalcanti de Azevedo

Fernando Cirino Gurgel

CONSELHO FISCAL

TITULARES

João Oliveira de Albuquerque

José da Silva Nogueira Filho

Irineu Milanese

SUPLENTES

Clerlânio Fernandes de Holanda

Francisco de Sales Alencar

Célio Batista Alves

BALANÇO
AGENDA DA INDÚSTRIA
100DIAS
DE GOVERNO
BRASIL 2019



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

© 2019. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Políticas e Estratégia - DIRPE

FICHA CATALOGRÁFICA

C748b

Confederação Nacional da Indústria.

Balanço : agenda da indústria 100 dias de governo - Brasil 2019 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2019.

51 p. : il.

1. Indústria. 2. Economia brasileira. I. Título.

CDU: 342.51

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9000

Fax: (61) 3317-9994

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

SAC

Serviço de Atendimento ao Cliente

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.com.br



APRESENTAÇÃO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou ao novo governo e à nova legislatura no Congresso Nacional 36 propostas para implementação nos primeiros 100 dias do mandato presidencial. Essa iniciativa teve o objetivo de contribuir para o crescimento econômico num ritmo mais adequado às necessidades da população brasileira.

Trata-se de ações essenciais para solidificar a retomada do nível de atividade e a recuperação da competitividade não apenas da indústria, mas de todos os segmentos da economia. Este documento apresenta a evolução dessa agenda nos 100 dias de governo.

Os resultados são positivos, mas ainda temos muito o que fazer. Voltar ao caminho do pleno desenvolvimento é uma tarefa que exige trabalho árduo, com a imprescindível cooperação entre os poderes da República, as empresas e toda a sociedade.

Boa leitura.

Paulo Afonso Ferreira
Presidente da CNI em exercício

Evolução da Agenda da Indústria para os primeiros 100 dias de governo

Ao fim de 2018, a CNI apresentou um conjunto de propostas para os primeiros 100 dias do governo Jair Bolsonaro, com o objetivo de pavimentar e impulsionar o caminho do Brasil para o desenvolvimento econômico e social. A **Agenda dos 100 dias** apresentou recomendações de ações a serem adotadas no começo do governo e da nova legislatura, seguindo as diretrizes do **Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022**.


A Agenda apresentada pela Indústria não foi construída apenas para o Executivo, mas igualmente para o Legislativo, dada a importância de ambos os poderes para o aumento da competitividade do país. Várias das propostas apresentadas demandam participação ativa do Congresso Nacional.

Após 100 dias do governo Bolsonaro, **os resultados para a Indústria Brasileira mostram-se positivos**. Quase 70% das propostas da Agenda apresentam evolução positiva, ainda que não realizadas plenamente.

Das 36 propostas apresentadas na agenda da Indústria para os primeiros 100 dias, **19% estão em estágio avançado de conclusão ou foram concluídas**, como no caso da Reafirmação do compromisso de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do apoio à manutenção plena das alterações promovidas pela Reforma Trabalhista.

Os temas com maior número de resultados positivos são Ambiente Macroeconômico e Reforma do Estado e Relações do Trabalho. No que diz respeito ao **Ambiente Macroeconômico e Reforma do Estado**, além do compromisso de acesso à OCDE – já atendido – tem-se a Reforma da Previdência, cuja proposta de Emenda Constitucional já foi encaminhada, pelo Executivo, ao Legislativo. É necessário concentrar esforços para a aprovação da reforma, dada a sua centralidade para o processo de equalização de longo prazo das contas públicas e para a melhora da confiança no país.

O tema **Relações do Trabalho** é composto por duas propostas. A promoção da modernização previdenciária e da segurança e saúde no trabalho, que se encontra em estágio inicial, e o apoio à Reforma Trabalhista, realizado. Apesar do avanço, ainda há muito o que se fazer



para a modernização das relações de trabalho no Brasil, ou seja, é imperativo que se continue avançando nessa agenda.

Em **Infraestrutura**, duas propostas se encontram em estágio avançado e três em estágio intermediário, o que representa 56% das nove propostas do tema. Apenas uma proposta – Reduzir os custos e aumentar a competitividade do setor elétrico – ainda não avançou. O aumento do investimento e da eficiência da infraestrutura do Brasil é uma agenda que não pode parar, sob o risco de impedir o aumento de competitividade dos produtos domésticos e, conseqüentemente, do desenvolvimento da Indústria Brasileira.

Nessa área, cabe destacar a proposta 17, que aponta a importância de o Brasil construir um mercado de gás natural competitivo. Tanto o Executivo como o Legislativo mostraram reconhecer a importância do tema, mas é necessário dar celeridade às ações, em razão dos efeitos positivos na competitividade da Indústria e das oportunidades, ainda pouco exploradas, que se apresentam ao país.

O quarto tema que se destaca positivamente é **Recursos Naturais e Meio Ambiente**. A Agenda congrega três propostas, duas das quais encontram-se em estágio intermediário de realização, pois projetos importantes estão em tramitação no Congresso: o Projeto de Lei nº 3729/2004, que cria a lei geral de licenciamento ambiental, e a Medida Provisória nº 868/2018, que reforma o marco legal de saneamento básico.

As áreas de **Financiamento** e de **Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior** merecem uma atenção especial, pois a maioria das propostas relativas a esses temas ainda não apresentam evolução favorável. Políticas de financiamento e de apoio à inovação e exportação são utilizadas por todos os países com sucesso na busca pelo desenvolvimento econômico. É preciso que, nos próximos meses, tanto o Executivo como o Legislativo olhem com atenção tais temas.

Síntese do Balanço por tema

	Proposta rejeitada	Sem manifestação	Em estágio inicial	Em estágio intermediário	Em estágio avançado	Realizado
TOTAL	1	10	10	8	5	2
	3%	28%	28%	22%	14%	6%
	3%	28%	69%			

Ambiente Macroeconômico e Reforma do Estado					1	1
Segurança Jurídica			1	1		
Tributação			1	1		
Financiamento		2	1			
Infraestrutura		1	3	3	2	
Recursos Naturais e Meio Ambiente		1		2		
Relações do Trabalho			1			1
Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior	1	5	2	1	1	
Educação		1			1	
Segurança Pública			1			

AMBIENTE MACROECONÔMICO E REFORMA DO ESTADO

01 Aprovar reforma do sistema previdenciário

02 Firmar o compromisso de acesso do Brasil à OCDE

03 Implementar ações para fortalecer a estabilidade do direito

04 Aprimorar a governança e aumentar a segurança jurídica dos investimentos em infraestrutura

05 Modernizar a tributação indireta para garantir a competitividade

06 Adaptar a tributação de renda corporativa às novas regras globais

SEGURANÇA JURÍDICA

TRIBUTAÇÃO

FINANCIAMENTO

07 Implementar ações para reduzir o custo do capital às empresas

08 Implementar programa de financiamento de capital de giro às empresas

09 Regular o Sistema Nacional de Garantias de Crédito

10 Aperfeiçoar e fortalecer as agências reguladoras de infraestrutura

11 Enfrentar o problema das obras paradas

12 Aumentar a participação privada na infraestrutura

13 Aumentar a eficiência e os investimentos no sistema portuário brasileiro

14 Aumentar a competitividade e integração da malha ferroviária nacional

15 Reduzir os custos e aumentar a competitividade do setor elétrico

16 Promover a concorrência no mercado de combustíveis de uso industrial

17 Promover a competitividade e investimentos no mercado de gás natural

18 Modernizar o marco institucional do setor de telecomunicações

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

19 Aperfeiçoar o Sistema de Licenciamento Ambiental

20 Regular a gestão dos recursos hídricos

21 Modernizar o marco legal do saneamento básico

RELAÇÕES DO TRABALHO

22 Implementar e defender a Reforma Trabalhista

23 Promover a modernização previdenciária e da segurança e saúde no trabalho

24 Criar modelo de governança e implementar ações regulatórias para a Indústria 4.0

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR

25 Aumentar a eficiência do sistema brasileiro de propriedade intelectual

26 Desenvolver um novo sistema de governança para garantir a efetividade das políticas de inovação

27 Garantir maior estabilidade aos recursos para PD&I

28 Reestruturar o FNDCT e regulamentar os Fundos Setoriais

29 Assegurar a perenidade do incentivo público em inovação

30 Estabelecer uma Estratégia Nacional de Comércio Exterior

31 Fortalecer a CAMEX como instância de formulação da política comercial

32 Criar subsidiária do BNDES para o comércio exterior

33 Reduzir os custos logísticos do comércio exterior

34 Dar continuidade à Reforma do Ensino Médio

35 Revisar o Marco Regulatório da Aprendizagem Profissional

36 Elaborar proposta de Plano Nacional de Segurança Pública

EDUCAÇÃO

SEGURANÇA PÚBLICA

AMBIENTE MACROECONÔMICO E REFORMA DO ESTADO

PROPOSTA 1

Aprovar reforma do sistema previdenciário



EM ESTÁGIO AVANÇADO

Situação

O governo enviou, em fevereiro, uma proposta de Reforma da Previdência (PEC 6/2019) que contém, no geral, premissas alinhadas à proposta de Reforma da Previdência defendida pela CNI.

A Proposta está na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda votação do parecer favorável à admissibilidade elaborado pelo Deputado Marcelo Freitas (PSL/MG), relator do projeto. Tramitará ainda na Comissão Especial, antes de ir ao Plenário da Câmara, onde precisa ser aprovada em dois turnos para, então, seguir para a avaliação do Senado Federal.



Ações da agenda da indústria

1. Estabelecer idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição dos trabalhadores do setor privado.
2. Equiparar a idade mínima para aposentadoria dos servidores públicos à idade mínima dos trabalhadores do setor privado.
3. Equiparar, gradualmente, o tempo de contribuição mínimo de homens e mulheres para a aposentadoria por tempo de contribuição.
4. Equiparar as regras gerais para aposentadoria de categorias especiais de trabalhadores (como professores) às regras dos demais trabalhadores.
5. Reduzir, gradualmente, a diferença entre a idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores rurais e a idade mínima dos demais trabalhadores.
6. Atrelar a forma de cálculo do valor dos benefícios previdenciários ao tempo de contribuição alcançado pelo beneficiário.
7. Desvincular o valor da pensão por morte do valor do benefício de aposentadoria e condicionar parte do valor da pensão ao número de dependentes, tanto para servidores públicos como para trabalhadores do setor privado.
8. Desvincular o piso do valor dos benefícios assistenciais do salário mínimo.

AMBIENTE MACROECONÔMICO E REFORMA DO ESTADO

PROPOSTA 2

Firmar o compromisso de acesso do Brasil à OCDE



REALIZADO

Situação

O governo reforçou a importância da adesão do Brasil à OCDE. Além disso, assegurou o apoio de Estados Unidos, Israel e Chile à candidatura brasileira. O governo também realizou missão à OCDE para a negociação da adesão brasileira aos Códigos de Liberalização e aderiu a quatro novos instrumentos legais da organização. Por fim, foi aceito como membro no Comitê de Política de Concorrência. A adesão necessitará da aceitação pelos membros da OCDE e de um processo de avaliação, que normalmente tem a duração mínima de dois anos.



Ação da agenda da indústria

Reafirmar a solicitação de início de negociações de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE.

SEGURANÇA JURÍDICA

PROPOSTA 3

Implementar ações para fortalecer a estabilidade do direito



Situação

Está em análise, na Casa Civil, minuta do Decreto Presidencial que regulamentará a Lei nº 13.655/2018, que dispõe sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. A proposta estabelece parâmetros que evitam a criação de regras sem avaliação de eficácia ou que possam atrapalhar o empreendedorismo, a inovação, a livre competição e o avanço da produtividade. Apesar da importância dessa legislação, ela não é suficiente, e há necessidade de outras iniciativas.

Ações da agenda da indústria

1. Fortalecer a estabilidade do direito, via:
 - Respeito aos procedimentos e ritos previstos para elaboração de leis.
 - Inclusão de etapas formais de avaliação de impactos na produção legislativa.
 - Evitar a descontinuidade de políticas e serviços.
2. Minimizar a flutuação das interpretações pela produção de normas claras e estáveis.
3. Limitar a ação dos poderes às suas competências institucionais.

SEGURANÇA JURÍDICA

PROPOSTA 4

Aprimorar a governança e aumentar a segurança jurídica dos investimentos em infraestrutura



EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

Situação

Foi mantida, na estrutura do novo governo, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos. O órgão atua, na prática, como Unidade Nacional de Infraestrutura, garantindo um ambiente propício à expansão da infraestrutura e das oportunidades de investimentos no país.

O PLS 441/2017 foi reapresentado como PL 1070/2019, pelo Deputado José Medeiros (PODE/MT).

A Câmara dos Deputados aprovou requerimento de urgência ao PL 1292/1995.



Ações da agenda da indústria

1. Aprovar o PLS 441/2017 que dispõe sobre a paralisação de obras públicas.
2. Aprovar, com aperfeiçoamentos, o PL 1292/1995 para modernizar a Lei de Licitações.
3. Manter uma Unidade Nacional de Infraestrutura, nos moldes do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e vinculada diretamente à Presidência da República para fortalecer o macro e o microplanejamento do setor de infraestrutura.

TRIBUTAÇÃO
PROPOSTA 5

Modernizar a tributação indireta para garantir a competitividade


EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

Situação

O governo ainda não apresentou proposta formal de reforma da tributação indireta. Porém, tem se manifestado a favor da criação de um IVA, de abrangência nacional, com características semelhantes às defendidas pela CNI. Dada a urgência do tema, o governo sinaliza em avançar, simultaneamente, na proposta de criação de um IVA Federal, com as mesmas características propostas para o IVA Nacional, o que facilitaria uma futura unificação.

No Congresso Nacional, a PEC 45/2019 foi apresentada, em abril de 2019, pelo Deputado Baleia Rossi (MDB/SP), como resultado de articulação entre lideranças partidárias e a Presidência da Câmara. O conteúdo dessa PEC, cuja tramitação não foi iniciada, baseia-se na proposta elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), com forte alinhamento às premissas defendidas pela CNI para a reforma da tributação indireta.



Ações da agenda da indústria

Substituir os diversos tributos atualmente incidentes sobre o consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS) por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) com as seguintes características:

- Crédito financeiro, que permite a apropriação como crédito do tributo pago em todas as aquisições das empresas.
 - Arrecadação compartilhada entre a União, estados e municípios, com as parcelas estaduais e municipais calculadas de acordo com o local de destino das operações.
 - Base ampla de incidência, englobando operações com bens tangíveis e intangíveis, serviços e direitos.
 - Crédito imediato nas aquisições de bens de capital, garantindo a completa desoneração dos investimentos.
 - Devolução ágil dos saldos credores.
 - Cálculo “por fora”, sem inclusão do tributo na sua própria base de cálculo.
 - Recolhimento centralizado por empresa.
 - Uso limitado do regime de Substituição Tributária.
 - Legislação unificada.
1. Instituir a seletividade no consumo, convertendo o IPI em imposto seletivo sobre consumo de álcool e fumo.
 2. Estabelecer período de transição entre o sistema de tributação de consumo atual e o novo sistema.
 3. Garantir a manutenção da carga tributária global.

TRIBUTAÇÃO

PROPOSTA 6

Adaptar a tributação de renda corporativa às novas regras globais



EM ESTÁGIO INICIAL

Situação

O governo ainda não apresentou proposta formal de reforma ampla da tributação de renda corporativa, embora sejam recorrentes as declarações de representantes do governo com relação a essa temática, sobretudo no que diz respeito à redução da alíquota do IRPJ e a possível tributação da distribuição de lucros e dividendos. Há expectativa de que alguma proposta nessa linha seja apresentada ainda este ano.

Ainda no âmbito do Executivo, deve-se registrar os avanços do projeto que visa aperfeiçoar as regras brasileiras de Preços de Transferência, por meio da convergência aos padrões internacionais. O projeto vem sendo desenvolvido por meio da parceria entre a Receita Federal do Brasil e a OCDE, com apoio da CNI. A OCDE já realizou um detalhado diagnóstico das regras brasileiras, inclusive com aplicação de questionário nas empresas. As discussões técnicas estão praticamente concluídas e, agora, estão em andamento as discussões políticas. Há expectativas positivas de avanços nesse tema, ainda que o horizonte para isso não esteja definido.



Ações da agenda da indústria

1. Reduzir a alíquota nominal de tributação de pessoas jurídicas (IRPJ e CSLL).
2. Adotar o método de tributação no destino dos lucros obtidos no exterior.
3. Ampliar e aperfeiçoar a rede de tratados para evitar dupla tributação.
4. Convergir as regras de preços de transferência no Brasil aos padrões internacionais.
5. Ampliar os incentivos à inovação tecnológica.
6. Aperfeiçoar as regras de Juros sobre Capital Próprio para torná-lo exclusão fiscal.
7. Adotar as melhores práticas antidiferimento do mundo.
8. Aperfeiçoar os mecanismos de solução de divergência nos tratados para evitar dupla tributação.

FINANCIAMENTO

PROPOSTA 7

Implementar ações para reduzir o custo do capital às empresas



EM ESTÁGIO INICIAL

Situação

O Senado Federal aprovou o novo texto do Cadastro Positivo em 13 de março e a Lei Complementar nº 166/2019 foi sancionada pelo presidente da República em 8 de abril. Apesar desses avanços, há necessidade de outras iniciativas.



Ações da agenda da indústria

1. Implementar as ações para reduzir o spread bancário, com avanços substantivos na Agenda BC+, tais como:
 - Promover a desoneração tributária das operações de crédito, ainda que gradual.
 - Promover medidas que estimulem a concorrência bancária.
 - Reduzir as exigências de depósitos compulsórios.
 - Implantar o cadastro positivo de crédito para estimular o melhor uso da informação e a alocação mais eficiente dos recursos.
2. Melhorar as condições de acesso ao crédito, ampliando o alcance dos mecanismos de garantia, como fundo garantidores e seguro de crédito.
3. Aprimorar o sistema de cobrança de crédito e execução de garantias.

FINANCIAMENTO

PROPOSTA 8

Implementar programa de financiamento de capital de giro às empresas



SEM MANIFESTAÇÃO

Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.



Ação da agenda da indústria

Ampliar o acesso das empresas ao apoio direto do BNDES para financiamento de capital de giro, por meio da flexibilização dos critérios de elegibilidade e da implantação de um Programa de Financiamento de Capital de Giro que utilize uma combinação de recursos de mercado, distribuídos por bancos repassadores e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) do BNDES.

FINANCIAMENTO

PROPOSTA 9

Regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito



Situação

O Sistema Nacional de Garantias de Crédito ainda não foi regulamentado e o Executivo ainda não se pronunciou sobre o tema.



Ação da agenda da indústria

Regulamentar o Sistema de Garantias, visando ao desenvolvimento do mercado de crédito e ampliando o acesso das pequenas e médias empresas à captação de recursos que financiem sua operação, modernização e crescimento.

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 10

Aperfeiçoar e fortalecer as agências reguladoras de infraestrutura



Situação

Buscando dar mais eficiência às agências reguladoras, o Executivo avalia criar a Agência Nacional dos Transportes, unindo a ANTT (de regulação dos transportes terrestres) e Antaq (terminais portuários).

O SCD 10/2018 (antigo PL 6621/2016) tramita na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC) do Senado Federal. Em 9 de abril, foi apresentado parecer parcialmente favorável do Senador Márcio Bittar (MDB/AC) às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados. A CNI mantém posição convergente ao parecer aprovado. Uma vez aprovado na CTFC, a matéria deve passar ainda pelo Plenário do Senado antes de poder ser encaminhado à sanção.



Ação da agenda da indústria

Aprovar o PL 6621/2016 que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras.

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 11

Enfrentar o problema das obras paradas



EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

Situação

Foi criada, dentro da estrutura do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a Secretaria de Coordenação de Obras Estratégicas e Fomento que possui, entre outras atribuições, a tarefa de abordar o problema das “obras estratégicas”.

O tema também é tratado no âmbito do PL 1292/1995, que estabelece critérios para paralisação de obra pública. Após aprovação de requerimento de urgência este ano, a matéria está na pauta do Plenário da Câmara.



Ações da agenda da indústria

1. Analisar a retomada ou o abandono do projeto como se ele fosse um projeto novo, ou seja, desconsiderando o que já foi gasto até o presente. Se o benefício gerado pelo projeto compensar o custo adicional de conclusão da obra, ele deve ser retomado. Caso contrário, melhor abandoná-lo.
2. Avaliar a melhor modalidade de conclusão do projeto, se com recursos públicos ou via concessão.
3. Melhorar o macroplanejamento, em especial com planos setoriais plurianuais, que explorem sinergias e tragam sinalizações concretas.
4. Realizar micro planejamento eficiente sobre projetos de engenharia, cronogramas, orçamentos, fontes de financiamento, avaliação e alocação de riscos, detalhamento e planejamento das desapropriações, encaminhamento das licenças ambientais e coordenação com os demais órgãos públicos intervenientes.
5. Capacitar melhor as equipes responsáveis pelos projetos.
6. Desenhar contratos mais equilibrados.
7. Fortalecer o controle interno das Instituições Executoras (Ministérios).

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 12

Aumentar a participação privada na infraestrutura



Situação

O Ministério da Infraestrutura cumpriu o cronograma de concessões para os 100 dias de governo e realizou o leilão de 23 projetos de infraestrutura. No entanto, não há um calendário de novas concessões estabelecido e aguarda-se a realização do Conselho do PPI para que novos projetos sejam disponibilizados.

A tramitação do PL 9463/2018 não avançou na Câmara dos Deputados. A matéria continua aguardando a criação de Comissão Especial para tratar do tema. Uma vez aprovada na CESP, a matéria já poderia, em tese, ser remetida para apreciação pelo Senado.

O PLS 261/2018, que permite o regime de autorização para ferrovias, encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal, com relator designado favorável ao tema.



Ações da agenda da indústria

1. Ampliar as concessões rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias, das companhias estaduais de saneamento e das distribuidoras estaduais de gás natural.
2. Liquidar a Valec, liquidar a CBTU e a Trensurb, avaliar o papel da Infraero, privatizar as administrações portuárias públicas (Companhias Docas).
3. Aprovar, com aprimoramentos, o PL 9463/2018 que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 13

Aumentar a eficiência e os investimentos no sistema portuário brasileiro



EM ESTÁGIO INICIAL

Situação

O Ministério da Infraestrutura anunciou, em fevereiro, o início dos estudos para a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA).

O PPI possui uma lista de projetos de arrendamentos de terminais, já definida em reuniões do Conselho. No entanto, ainda falta definir uma agenda para a renovação dos contratos vencidos.

Em reuniões com o Executivo e com a ANTAQ, foi anunciado que 15 decretos de poligonais dos portos estão em análise no Ministério da Infraestrutura.



Ações da agenda da indústria

1. Iniciar o processo de transferência da gestão dos portos organizados para o setor privado, com a inclusão das Companhias Docas nos planos federais de privatização e concessão.
2. Adotar um cronograma para prorrogação ou licitação dos contratos de arrendamentos portuários vencidos e de outras áreas ainda não arrendadas.
3. Dar celeridade à publicação dos Decretos das áreas dos portos organizados, visando a segurança jurídica ao investimento privado nos empreendimentos do setor.

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 14

Aumentar a competitividade e integração da malha ferroviária nacional



Situação

O Executivo reafirmou a intenção de prorrogar os contratos e os prazos foram atualizados.

O PLS 261/2018, que permite o regime de autorização para ferrovias, encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado, com relator designado favorável ao tema. O projeto ainda deve ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser encaminhado para a Câmara dos Deputados.



Ações da agenda da indústria

1. Renovar o prazo de vigência dos contratos de concessão ferroviária, mediante a garantia contratual de compartilhamento da malha concedida e com diretrizes para a eliminação da ociosidade na malha ferroviária.
2. Adequar o marco regulatório e legal do setor.

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 15

Reduzir os custos e aumentar a competitividade do setor elétrico



Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.

A tramitação do PL 1917/2015 e do PL 9463/2018 não avançou na Câmara dos Deputados. Ambas as matérias continuam aguardando a criação de Comissão Especial para tratar do tema. Elas só poderão ser remetidas ao Senado após aprovação na CESP.

O PLS 232/2016, que trata da regulação das concessões de geração e distribuição de energia elétrica, tramita na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde o Senador Marcos Rogério (DEM/RO), presidente do colegiado, avocou a relatoria do projeto.



Ações da agenda da indústria

1. Aprovar, com aperfeiçoamentos, o PL 1917/2015 que dispõe sobre a modernização do setor elétrico e a abertura do mercado livre de energia elétrica.
2. Aprovar o PL 9463/2018 que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 16

Promover a concorrência no mercado de combustíveis de uso industrial



EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

Situação

A Petrobras anunciou, em janeiro, que retomaria os processos de venda de ativos. Essa decisão caminha no sentido de atrair novas empresas ofertantes de insumos e de proporcionar maior competitividade ao mercado.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, em 09 de abril, resolução que institui o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural no Brasil, do qual o CADE faz parte.



Ações da agenda da indústria

1. Promover a venda dos ativos de refino da Petrobras a múltiplos agentes.
2. Promover a concorrência na oferta de GLP, por meio da revogação de políticas de subsídios cruzados entre o GLP residencial e o industrial.

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 17

Promover a competitividade e investimentos no mercado de gás natural



EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

Situação

O Governo Federal anunciou, em março, a criação de um novo programa, chamado “Novo Mercado de Gás”, que deverá ser apresentado até o final do mês de junho.

A Petrobras mantém seu plano de desenvolvimento e continua a venda de seus ativos de Gás Natural. Em abril de 2019, a Transportadora Associada de Gás (TAG) da Petrobras foi vendida por US\$8,5 bilhões.

O PL 6407/2013 foi desarquivado, com abertura de novo prazo para emendas, e distribuído ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR), na Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados.

Ações da agenda da indústria

1. Aprovar, com aperfeiçoamentos, o PL 6407 discutido na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados em 06 de dezembro de 2017.
2. Implementar a agenda de Programa REATE (Programa para Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres).
3. Condicionar o financiamento do BNDES nos futuros processos de privatização das distribuidoras ao compromisso de investimentos no setor.
4. Promover maior concorrência no mercado atacadista de gás natural por meio da venda dos ativos de distribuição da Petrobras ao maior número possível de agentes

INFRAESTRUTURA

PROPOSTA 18

Modernizar o marco institucional do setor de telecomunicações



Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.

O PLC 79/2016, que trata da permissão de alteração do licenciamento de telefonia fixa de concessão para autorização, tramita na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal. A matéria aguarda parecer da Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Caso seja aprovada com alterações, a matéria deverá retornar à Câmara dos Deputados.

Ações da agenda da indústria

1. Aprovar o PLC 79/2016 que trata da permissão de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, passando do modelo de concessão para autorização.
2. Atualizar a regulação dos fundos setoriais, para viabilizar investimento em banda larga.

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

PROPOSTA 19

Aperfeiçoar o Sistema de Licenciamento Ambiental



EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.

O PL 3729/2004, que cria a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, foi desarquivado e tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde aguarda parecer do Deputado Sérgio Souza (MDB/PR), designado relator da matéria. O projeto também tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) e no Plenário da Câmara.

O PLS 168/2018, de teor semelhante ao PL 3729/2004, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, sob relatoria do Senador Sérgio Petecão.



Ações da agenda da indústria

1. Aprovar o PL 3729/2004, transformando-o na Lei Geral do Licenciamento Ambiental.
2. Estímulo ao uso de instrumentos de planejamento para orientar e agilizar o licenciamento ambiental.

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

PROPOSTA 20

Regulamentar a gestão dos recursos hídricos



SEM MANIFESTAÇÃO

Situação

Ainda aguarda-se o posicionamento e/ou o anúncio de ações do governo sobre o estabelecimento de critérios para o racionamento de água (regulamentação do § 2º do art. 4º da Lei nº 9.984/2000).

Não houve avanço na tramitação do PLS 495/2017, que trata da permissão de comercialização de outorgas pelo uso da água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos. A matéria aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Ações da agenda da indústria

1. Editar Decreto estabelecendo critérios para o racionamento de água, regulamentando o § 2º do art. 4º da Lei nº 9.984/2000.
2. Regulamentar mercado de outorgas para melhorar a gestão de recursos hídricos em bacias saturadas estimulando o uso eficiente e sustentável da água.

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

PROPOSTA 21

Modernizar o marco legal do saneamento básico



EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.

O governo anterior editou, ao fim de 2018, a MP 868/2018 que reforma o marco legal de saneamento básico. A matéria tramita no Congresso Nacional em Comissão Mista, onde foi distribuída para relatoria do Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE).



Ações da agenda da indústria

1. Editar norma que defina um órgão federal responsável pela estruturação de diretrizes regulatórias claras e efetivas no setor.
2. Editar norma que aumente a isonomia competitiva entre o setor público e privado na prestação dos serviços de água e esgoto.
3. Criar um Conselho Nacional de Política de Saneamento sob a Presidência da Casa Civil, com a participação paritária dos setores regulados e da sociedade civil.

RELAÇÕES DO TRABALHO

PROPOSTA 22

Implementar e defender a Reforma Trabalhista



REALIZADO

Situação

O Executivo manifestou diversas vezes o apoio à Reforma Trabalhista, bem como a intenção de continuar avançando na Modernização das Relações do Trabalho. Cabe ressaltar que é necessário dar continuidade à agenda de Modernização das Relações do Trabalho.

Ação da agenda da indústria

Apoiar a manutenção plena das alterações promovidas pela Reforma Trabalhista.

RELAÇÕES DO TRABALHO

PROPOSTA 23

Promover a modernização previdenciária e da segurança e saúde no trabalho



EM ESTÁGIO INICIAL

Situação

O Executivo tem se manifestado favorável à implementação de propostas de modernização previdenciária e de segurança e saúde no trabalho. Também tem publicado atos normativos que aperfeiçoam esse ambiente alinhados com as propostas da indústria, como, por exemplo, a MP 871/19, que traz regras de combate à fraude do INSS e contribui para a redução do gasto público, e a Portaria 211/19 que permite a guarda eletrônica de documentos de SST. Portanto, há expectativas positivas de avanço nessa temática, ainda que não haja propostas concretas.

O PLS 539/18, que estabelece regras para elaboração e revisão de normas regulamentadoras de SST, segue em tramitação, com sinalização de apoio da equipe técnica do Executivo.



Ações da agenda da indústria

1. Estabelecer regras para o procedimento de regulamentação de normas de segurança e saúde no trabalho, deixando claros os critérios que devem ser obedecidos para tal procedimento.
2. Prever a necessidade de aferição dos agentes cancerígenos em humanos por modo técnico e específico para dar maior segurança jurídica ao pagamento das contribuições previdenciárias majoradas em virtude da natureza especial da atividade.
3. Prever que as empresas sejam chamadas a participar das ações contra o INSS como requisito para propositura de ação regressiva.
4. Estimular a dupla visita de caráter orientador para fortalecer o papel educativo da fiscalização do trabalho, aumentando o grau de comprometimento e de cumprimento das normas trabalhistas.
5. Admitir metas de segurança e saúde no trabalho para fins de participação nos lucros e resultados.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 24

Criar modelo de governança e implementar ações regulatórias para a Indústria 4.0



Situação

Em 03 de abril, foi oficialmente lançada a Câmara Brasileira da Indústria 4.0, coordenada pelo Ministério da Economia - ME e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, com o objetivo de viabilizar um modelo de governança.

A MP 869/2018, que contempla alterações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, aguarda parecer do Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), na Comissão Mista que discute a Medida. Atualmente, a Comissão realiza audiências públicas sobre o tema com participação da CNI.



Ações da agenda da indústria

1. Estabelecer um modelo de governança que estimule a articulação institucional entre os órgãos públicos responsáveis pela implementação de políticas ligadas à Indústria 4.0 e à digitalização, aliada à articulação do setor público com o meio empresarial.
2. Criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e regulamentar suas competências, visando dar eficácia e segurança para a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

PROPOSTA 25

Aumentar a eficiência do sistema brasileiro de propriedade intelectual



EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo que ratifica o Protocolo de Madri. O texto tramita na Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal, onde foi distribuído ao Senador Márcio Bittar (MDB/AC).



Ações da agenda da indústria

1. Assegurar a autonomia e a melhoria operacional do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para que os recursos superavitários gerados pelos serviços do instituto possam ser reinvestidos na sua estruturação.
2. Diminuir o tempo médio de exame de patentes por meio da implementação de solução extraordinária para sanar o estoque de pedidos de patente pendentes de análise, nos termos da Consulta Pública nº 02/2017 do INPI.
3. Concluir o processo de adesão do Brasil ao Protocolo de Madri, tratado internacional que simplifica e reduz custos para a proteção de marcas no exterior.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 26

Desenvolver um novo sistema de governança para garantir a efetividade das políticas de inovação



Situação

Ainda aguarda-se a definição do governo sobre o sistema de governança, mas o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) manifestou interesse em fazer a governança das políticas de CT&I junto aos demais ministérios.



Ações da agenda da indústria

Criar uma assessoria especial ligada à Presidência da República a fim de:

- Assegurar que os investimentos federais em CT&I estejam em linha com a promoção do desenvolvimento econômico, da saúde pública, da sustentabilidade e da segurança nacional.
- Monitorar, avaliar e coordenar os processos e programas governamentais de CT&I.
- Ampliar relações profissionais e científicas entre funcionários governamentais, acadêmicos e representantes da indústria, com o objetivo de aprofundar a ciência e promover avanços científicos.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 27

Garantir maior estabilidade aos recursos para PD&I



EM ESTÁGIO INICIAL

Situação

Ainda aguarda-se o posicionamento e/ou o anúncio de ações do governo sobre os Fundos.

O PLS 315/2017 continua a tramitar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A matéria aguarda reapresentação de parecer pelo Senador Omar Aziz (PSD/AM). O projeto chegou a constar na pauta da CAE em duas ocasiões em fevereiro, mas não houve deliberação.



Ações da agenda da indústria

1. Transformar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em fundo financeiro, com a aprovação do PLS 315/2017 que altera a Lei nº 11.540/07 (que dispõe sobre o FNDCT).
2. Regulamentar o Fundo Social para alocar recursos para a área de CT&I, com edição de decreto visando a regulamentação da Lei nº 12.858/2013.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 28

Reestruturar o FNDCT e regulamentar os Fundos Setoriais



SEM MANIFESTAÇÃO

Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.



Ação da agenda da indústria

Reorganizar os comitês gestores dos Fundos Setoriais, adequando sua governança, definindo prioridades e reavaliando as dotações orçamentárias transversais.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 29

Assegurar a perenidade do incentivo público em inovação



Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.

Ações da agenda da indústria

1. Aperfeiçoar a Lei do Bem
 - Permitir que a empresa possa descontar o investimento em P&D da base de cálculo da CSLL em mais de um ano fiscal.
 - Eliminar a exigência de dedicação exclusiva para que o gasto com pessoal interno seja considerado para efeito do cálculo da dedução na CSLL.
 - Permitir a dedução de despesas em P&D com empresas ou pesquisadores estrangeiros.
2. Aprimorar o Marco Legal de CT&I
 - Permitir a concessão de bolsas - por parte de ICT privada, agência de fomento ou fundação de apoio - destinadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão em educação e formação de recursos humanos, inclusive em situações de residência médica e multiprofissional e em hospitais universitários.
 - Assegurar a isonomia entre ICT pública e privada.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 30

Estabelecer uma Estratégia Nacional de Comércio Exterior



SEM MANIFESTAÇÃO

Situação

O governo alterou parte da sua estrutura organizacional para formular e executar a política de comércio exterior, mas não elaborou e não publicou documento orientador da nova política.



Ação da agenda da indústria

Elaborar e publicar uma Estratégia Nacional de Comércio Exterior para o período 2019-2022.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 31

Fortalecer a CAMEX como instância de formulação da política comercial



Situação

Na nova estrutura organizacional do governo, a CAMEX foi subordinada à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, com jurisdição sobre três temas: i) estratégia comercial; ii) financiamento ao comércio exterior; e iii) investimentos estrangeiros. Ainda que não tenha havido a publicação do Decreto que detalha as competências e o funcionamento da CAMEX, aparentemente houve o enfraquecimento da CAMEX como instância decisória interministerial, bem como a redução do escopo de atuação do órgão.

Ação da agenda da indústria

Publicar Decreto de fortalecimento da CAMEX como instância de formulação da política comercial.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 32

Criar subsidiária do BNDES para o comércio exterior



SEM MANIFESTAÇÃO

Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.



Ação da agenda da indústria

Estabelecer a subsidiária do BNDES para o comércio exterior.

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA 33

Reduzir os custos logísticos do comércio exterior



Situação

O Decreto sobre a não renovação do acordo Brasil e Chile não foi publicado, nem a cobrança do escaneamento de contêineres suspensa.

Ações da agenda da indústria

1. Publicar Decreto Presidencial que confirme a não renovação do acordo marítimo entre o Brasil e o Chile.
2. Suspender a cobrança do escaneamento de contêineres.

EDUCAÇÃO

PROPOSTA 34

Dar continuidade à Reforma do Ensino Médio



EM ESTÁGIO AVANÇADO

Situação

O Ministério da Educação lançou, em 4 de abril, o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que visa auxiliar estados, municípios e o Distrito Federal na elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC. O ProBNCC foi estabelecido ao fim de 2017 e foi atualizado pela Portaria MEC nº 756, de 3 de abril de 2019, para incluir aspectos da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio.

Ações da agenda da indústria

1. Aprovar as diretrizes curriculares do Ensino Médio.
2. Aprovar as diretrizes da Base Nacional Curricular Comum.
3. Criar condições para implantar a nova Lei do Ensino Médio.

EDUCAÇÃO

PROPOSTA 35

Revisar o Marco Regulatório da Aprendizagem Profissional



Situação

Ainda não houve manifestação do governo sobre o tema.

Ação da agenda da indústria

Anunciar a revisão do marco regulatório da aprendizagem profissional, com o objetivo de eliminar as distorções do atual modelo.

SEGURANÇA PÚBLICA

PROPOSTA 36

Elaborar proposta de Plano Nacional de Segurança Pública



Situação

O governo anterior publicou, em 27 de dezembro de 2018, o Decreto de criação do Plano Nacional de Segurança Pública. O governo atual anunciou que está elaborando um projeto piloto de segurança pública em cinco municípios, que prevê esforço conjunto do Governo Federal com os governos estaduais e municipais.

Ação da agenda da indústria

Apresentar proposta de Plano Nacional de Segurança Pública.

Consolidação das propostas realizada pelas equipes das seguintes unidades:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA – DIRPE

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade

Renato da Fonseca

Gerente-Executivo

Gerência Executiva de Política Econômica

Flávio Castelo Branco

Gerente-Executivo

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – DDI

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor

Gerência Executiva de Assuntos Internacionais

Diego Bonomo

Gerente-Executivo

Gerência Executiva de Política Industrial

João Emílio Padovani Gonçalves

Gerente-Executivo

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - DRI

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora

Gerência Executiva de Infraestrutura

Wagner Cardoso

Gerente-Executivo

Gerência Executiva de Relações do Trabalho

Sylvia Lorena Teixeira dos Santos

Gerente-Executiva

Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Davi Bontempo

Gerente-Executivo

Unidade de Assuntos Legislativos

Marcos Borges de Castro

Gerente-Executivo

Gerência Executiva de Relacionamento com o Poder Executivo

Pablo Silva Cesario

Gerente-Executivo

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

SUPERINTENDÊNCIA DO IEL

Gianna Sagazio

Superintendente

DIRETORIA DE INOVAÇÃO

Gianna Sagazio

Diretora

Gerência Executiva de Inovação

Suely Lima Pereira

Gerente-Executiva

SERVIÇO NACIONAL DA INDÚSTRIA – SENAI

DIRETORIA GERAL

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor Geral

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Gustavo Leal Sales Filho

Diretor de Operações

Gerência Executiva de Educação Profissional e Tecnológica

Felipe Esteves Pinto Morgado

Gerente-Executivo

CNI

Paulo Afonso Ferreira
Presidente em exercício

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA - DIRPE

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

José Augusto Coelho Fernandes

Flávio Castelo Branco

Renato da Fonseca

Maria Carolina Correia Marques

Henrique Souza Borges

Mônica Giágio

Coordenação

Carla Regina Pereira Gadelha

Fátima Cunha

Projeto Gráfico, Produção Editorial e Diagramação

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS - DSC

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho

Gerente-Executivo

Alberto Nemoto Yamaguti

Normalização

www.cni.org.br

 /cnibrasil

 /cni_br

 /cnibr

 /cniweb



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA